

---

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e Três dias do mês de Dezembro de dois mil e dez

---

-----Aos vinte e três dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos seguintes documentos previsionais, para o ano de 2011:-----
  - Grandes Opções do Plano;-----
  - Plano Plurianual de Investimentos;-----
  - Plano de Actividades Municipais;-----
  - Orçamento.-----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de contratação de empréstimo;-----
- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2011;-----
- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Reestruturação/Organização dos Serviços Municipais;-----
- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação da integração do Município na Asociación La Raya/A Raia;-----
- 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da ratificação da adenda ao Protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;-----
- 8-Apreciação, discussão e eventual ratificação do Protocolo celebrado com a EDP- Gestão da Produção de Energia, S.A.;-----
- 9-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vila Velha de Ródão;-----

----10-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;-----

----11-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local;-----

----12-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia;-----

----13-Informação da Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

----14-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----15-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;

----O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Olimpia do Carmo Ferreira Mendes.-----

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando à disposição dos membros, querendo, para eventual consulta.-----

----Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 17 de Setembro de 2010, sendo aprovada por maioria, com uma abstenção.---

-----1-Ponto *prévio antes da Ordem do Dia*:-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, a pedido do executivo, colocou a votação, a entrada neste ponto da 3ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2010, tendo sido aprovado por unanimidade a entrada deste documento.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal disse que esta Revisão devia-se ao facto da Autarquia ter recibo uma verba de 50.000,00€ (cinquenta mil euros)e esta quantia ter que ser integrada nestes documentos.-----

---

----O membro Luis Costa, em relação ao Orçamento de Despesa e mais concretamente à rubrica das despesas com o pessoal, disse haver aqui um desvio de cerca de 9.000,00€ (nove mil euros), questionando se era devido aos 5% de diminuição recentemente aprovado pelo governo ou qualquer outro motivo.-----

----A sr<sup>a</sup>. Filomena Cardoso, funcionária da secção de contabilidade, disse que como se tinha de fazer o acerto das transferências provenientes do estado e uma vez que já tinham conhecimento desses montantes, aproveitara esta Revisão para efectuar a diminuição com as despesas com o pessoal, explicando a forma como se tinha processado essa operação.-----

----Não havendo mais intervenções foi a presente Revisão colocada a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em conformidade com a alínea b) do n.º2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a 3<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento de Despesa, no valor de 136.997,00€ (cento e trinta e seis mil novecentos e noventa e sete euros), a 3<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento de Receita com um aumento de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e uma diminuição de 186.997,00€ (cento e oitenta e seis mil novecentos e noventa e sete euros), a 3<sup>a</sup> Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de 24.226,00€ (vinte e quatro mil duzentos e vinte e seis euros) e a 3<sup>a</sup> Revisão ao Plano de Actividades Municipais no valor de 31.000,00€ (trinta e um mil euros). A referida Revisão, compõe-se de 6 (seis) folhas que foram rubricadas pelos membros da Mesa e ficarão arquivadas junto aos documentos presentes a esta sessão.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal solicitou a entrada neste ponto da sua substituição como membro da Assembleia Intermunicipal

da Comunidade Intermunicipal Beira Interior-Sul, por razões pessoais e porque as sessões desta comunidade se realizarem durante o horário laboral o que torna difícil a sua presença nas mesmas, tendo a entrada desta solicitação sido aprovada por unanimidade. Tratando-se de uma votação nominal, foi efectuada uma votação secreta da qual resultou a nomeação em substituição do Presidente da Assembleia, do membro Alfredo Pires Lourenço, 1º Secretário desta.-----

----O resultado desta votação foi registado em minuta.-----

----Ainda neste ponto, o Presidente da Assembleia, leu uma Moção de homenagem ao Inspector Batista Martins, ficando esta arquivada junto dos documentos presentes a esta sessão, tendo sido votada por unanimidade e com ovação.-----

----O membro Roma deixou uma palavra de pesar pelo falecimento do sr. Albino de Sousa Pereira, que foi durante muitos anos tesoureiro da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão.-----

----O membro Ricardo Luis desejou boas festas a todos os presentes e a pedido do membro Olimpia Mendes informou que esta, devido a questões pessoais e inadiáveis, não poderia estar presente nesta sessão e que faria por escrito essa comunicação à Mesa da Assembleia.-----

----O membro Joaquim António Morgado referiu-se ao falecimento recente do sr. Amílcar, responsável e dinamizador da prática da canoagem neste concelho, prestando-lhe assim esta homenagem.-----

**---2-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos seguintes documentos previsionais, para o ano de 2011:-----**

**----Grandes Opções do Plano;-----**

**----Plano Plurianual de Investimentos;-----**

**----Plano de Actividades Municipais;-----**

-----**Orçamento**.-----

----O membro Joaquim António Morgado questionou se neste Plano já estava contemplada a possível contratação da empresa que iria fazer o estudo ambiental para análise da poluição e se neste Orçamento já estava contemplada a alteração ao Quadro de Pessoal, questionando também se em relação às obras de requalificação do Cabeço das Pesqueiras e Lagar de Varas e à construção do Parque de Campismo Rural, estando estas em execução e em termos orçamentais, estas obras estariam garantidas ou a contratação dos empréstimos seriam para esse efeito.-----

----O membro João Ferro, questionou o que é que concretamente iria ser feito na Rua da Estalagem em Sarnadas de Ródão, uma vez que esta obra se encontrava inscrita neste Plano como beneficiação da mesma.-----

----O membro Miguel Fradique solicita mais informação quando escreve na introdução destes documentos, no sector económico, grande parte do investimento reverter para as obras de urbanização em todas as freguesias.-----

----O membro Roma, mostrou-se admirado ao verificar que as obras da Rua do Barreiro, em Sarnadas de Ródão, passaram a projecto quando estavam cabimentadas desde 1999, questionando também porque é que as despesas com o pessoal diminuíram em relação ao ano de 2010.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente aproveitou para fazer uma breve apresentação dos Documentos Previsionais, salientando alguns aspectos da mesma. Em resposta às questões colocadas referiu que as obras de requalificação do Lagar de Varas e sua envolvente no Cabeço das Pesqueiras, tinha tido início este ano mas terminaria no próximo ano e como estava reflectido no orçamento, o financiamento da mesma

estava assegurado porque tinha sido uma candidatura à nossa contratualização. No respeitante à obra de construção do Parque de Campismo Rural o seu financiamento estava assegurado ao abrigo do Programa Transfronteiriço. A contratação dos empréstimos serviriam para amortizar os investimentos já efectuados com estas e outras obras. As alterações constantes no Quadro de Pessoal já se encontravam reflectidas neste Orçamento e a redução de custos nesta rubrica devia-se ao facto de se terem reformado muitos funcionários que tinham rendimentos superiores aos que entretanto foram entrando e com os cortes impostos pelo governo. Continuou, dizendo que no próximo ano haveria uma grande preocupação com as obras nas freguesias, nomeadamente na de Perais, na construção de uma zona de lazer e de um loteamento e na de Fratel com a construção de um novo loteamento, mas todas elas só poderiam avançar aquando da aprovação do PDM. No referente a Sarnadas de Ródão, referiu que se tinha iniciado o levantamento e o projecto, por parte dos técnicos camarários, para as obras na Rua do Barreiro e que se iria proceder à requalificação da Rua da Estalagem ao nível do alargamento e arranjo das bermas.-----

----O membro Ricardo Luis, referindo-se às declarações da sr<sup>a</sup> Presidente no âmbito do apoio social, em que revelou alguma preocupação com algumas pessoas que não conseguiriam arranjar emprego por falta de habilitações e que apesar da autarquia se disponibilizar para ajudá-las, estas criariam alguns entraves e desculpas para o não fazerem, questionando se essas mesma pessoas e após este procedimento continuavam a ser ajudadas, porque na sua opinião, dever-se-ia ajudar quem precisa mas também quem quer ser ajudado.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que existia uma Comissão a avaliar

---

estes casos, não podendo revelar muitos pormenores sobre os mesmos e que as suas afirmações eram baseadas no registo e controle das famílias que recorriam regularmente à Loja Social, encaminhando-as para o Gabinete de Inserção Profissional ajudando-as a encontrar emprego, concluindo-se que algumas delas não tinham as habilitações mínimas exigidas para poderem satisfazer as ofertas de emprego disponíveis. No entanto e em colaboração com os Presidentes das Juntas de Freguesia, a solução para este problema seria a frequência destas pessoas num curso que lhes daria a equivalência ao nono ano, possibilitando-lhes assim um possível ingresso no mercado de trabalho, só que algumas destas e uma vez que teriam que se deslocar para a sede de concelho para frequentar esse curso, colocaram algumas dificuldades com os horários dos transportes, apesar de todo o apoio dado e da verba auferida com a frequência deste que rondaria o mínimo nacional, estando estes casos devidamente identificados e a ser analisados. No caso das pessoas que não tinham a quarta classe não há gente suficiente para formar uma turma.-----

----O membro Ricardo Luis disse que achou as declarações da sr<sup>a</sup> Presidente esclarecedoras e que estava totalmente de acordo com a Câmara Municipal em relação a esta situação e à forma como estava a ser dirigida, dizendo-se triste por verificar que existiam pessoas que arranjavam todo o tipo de subterfúgios para não trabalharem, apesar do esforço da autarquia e era algo que todos deveriam denunciar.-----

----O membro Roma, referindo-se às Grandes Opções do Plano, comparando o documento do passado ano com este, verificar que no respeitante às obras de beneficiação da Rua da Estalagem, em Sarnadas de Ródão, estar cabimentado um total previsto de mais

244.200,00€ (duzentos e quarenta e quatro mil e duzentos euros) e nas obras da Rua do Barreiro estarem cabimentados menos 105.000,00€ (cento e cinco mil euros), solicitando um esclarecimento sobre este facto.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que a diminuição dos custos cabimentados deviam-se ao facto de serem os serviços técnicos da autarquia a elaborar o projecto e as obras serem efectuadas por administração directa, passando a palavra ao vereador Luis Pereira que acrescentou que o aumento e diminuição dessas verbas teriam também a ver com o facto das obras de beneficiação da Rua da Estalagem se iniciarem primeiro e haver mais despesa neste ano e as obras na Rua do Barreiro iniciarem-se só no 2º Semestre de 2011 o que em termos de despesa será menor.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente deixou uma palavra de agradecimento a todos os técnicos que elaboraram estes documentos.-----

----Não havendo mais intervenções, foram os Documentos Previsionais para o ano de 2011: Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipais e Orçamento, colocados a votação, tendo sido aprovados por maioria com 14 (catorze) votos a favor e 4(quatro) abstenções, dos membros Luis Alberto Rodrigues Costa, Ricardo Ribeiro Correia Luis, João José Dias Ferro e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, nos termos da alínea b) do nº2, do artº 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.--

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de contratação de empréstimo;-----**

----À questão colocada pelo membro Joaquim António Morgado sobre qual o prazo destes empréstimos, a sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que



de 2 (dois) anos.-----

----Mais foi deliberado, também que o empréstimo referido em b) apenas será contratado se for obtida a aprovação do mesmo pelo Ministério das Finanças.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Mapa de Pessoal para 2011;-----**

----O membro Luis Costa questionou se este documento iria ser revisto em breve em função da aprovação da actualização do ordenado mínimo nacional, ao que a sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que quando este fosse aprovado iria ser feita uma alteração orçamental e consequente revisão deste Quadro.-----

----O membro Joaquim António Morgado questionou se os lugares referentes à nova categoria aqui apresentada seriam ocupados por funcionários da autarquia ou seriam alvo de concurso.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que a ocupação destes lugares seriam alvo de concurso em conformidade com a Lei.-----

----O membro Roma, referindo-se á Divisão de Obras Habitação e Urbanismo, questionou o porquê de um aumento da verba nesta divisão em 146.165,00€ (cento e quarenta e seis mil cento e sessenta e cinco euros), em relação ao ano passado.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que a principal razão era o facto de no inicio do ano ter havido muitos funcionários que se reformaram, logo, houve necessidade de se abrirem concursos para o ingresso de novos funcionários, processo esse que foi decorrendo ao longo do ano, reflectindo-se a entrada ao serviço desses trabalhadores na despesa do próximo ano.-----

----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação o presente Mapa de Pessoal, tendo sido aprovado por maioria, com 17

(dezassete) votos a favor e 1(uma) abstenção do membro Joaquim António Mendes Morgado, em conformidade com a alínea o) do nº2 do artº 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e de acordo com o artº 5º da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artº 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Reestruturação/Organização dos Serviços Municipais;-----**

----O membro Paulo Roberto disse existir alguma incoerência entre o artº 4º e o organograma do artº 6º, porque analisando o organograma individualmente parecia existir quatro divisões de nível dois, quando lendo o artº 4º estavam descritas apenas duas, ao que lhe foi respondido que apesar de estarem ao mesmo nível no organograma, duas eram divisões e duas eram secções, estando ligadas entre si por pertencerem à mesma unidade orgânica.-----

----À questão colocada pelo membro Roma, porque é que a Divisão de Obras, Habitação e Urbanismo, passou a designar-se Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, a srª Presidente respondeu que tinha sido uma proposta dos serviços que acharam que a nível de organização e denominação seria a mais correcta, tendo o vereador Luis Pereira complementado dizendo que este seria um termo mais abrangente e adequado à realidade dos serviços.-----

----Não havendo mais intervenções, foi a Reestruturação/Organização dos Serviços Municipais colocado a votação tendo sido aprovada por maioria, com 17(dezassete) votos a favor e 1(uma) abstenção do membro Fernando dos Santos Roma, em conformidade com a alínea n) do nº2 do artº 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro,

conforme documento apresentado e aprovado na reunião da Câmara Municipal de 10/12/2010.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----O membro Roma, em declaração de voto, disse que a sua abstenção devia-se ao facto deste documento apresentar poucas alterações funcionais em relação à estrutura anterior, o não conhecimento dos critérios de avaliação e selecção dos candidatos, as diferenças percentuais nos vencimentos agora propostos com os restantes funcionários dos departamentos e considerando a realidade financeira da Câmara com o conseqüente aumento da despesa e considerando que esta proposta de organização dos serviços tem apenas como fundamento definir o estatuto remuneratório do sector de chefia.-----

**----6-Apreciação, discussão e eventual aprovação da integração do Município na Asociación La Raya/A Raia;-----**

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que esta Associação já trabalhava com quase todas as câmaras da raia, sendo o grande objectivo desta integração a divulgação cultural e eventualmente, programas que se possam realizar entre a zona raiana dos dois países.-----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberou, ao abrigo da alínea m) do nº2 do artº 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar por unanimidade, a integração do Município na Asociación La Raya/A Raia.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da ratificação da adenda ao Protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;-----**

----Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado por

unanimidade, ao abrigo da alínea m) do n.º2 do art.º 53.º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar por unanimidade, a ratificação da Adenda ao Protocolo do Programa de Generalização do ensino de Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 17 de Setembro de 2010.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----8-Apreciação, discussão e eventual ratificação do Protocolo celebrado com a EDP- Gestão da Produção de Energia, S.A.;-----**

----A sr.ª Presidente referiu que este Protocolo referia-se à construção do Miradouro das Portas do Almourão, na Foz do Cobre e que já tinha sido falado nesta Assembleia a título de informação, mas como envolvia verbas teria que ser votada agora a sua ratificação.-----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado ao abrigo da alínea m) do n.º2 do art.º 53.º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar por unanimidade, a ratificação do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e a EDP- Gestão de Produção de Energia, S.A., aprovado na Reunião de Câmara Municipal realizada em 10/11/2010.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----9-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vila Velha de Ródão;-----**

----O membro Roma, solicitou um esclarecimento sobre o inscrito na alínea e) do n.º3 do art.º 4.º, quando se falava no Programa de Ocupação Autárquico.-----

----O vereador José Manuel disse que iria ser criado um programa de trabalho para possibilitar a inserção de pessoas por problemas de inserção social ou por terem algum tipo de deficiência, não poderem trabalhar a tempo inteiro.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente explicou que existiam no nosso concelho algumas pessoas que devido à sua condição recebiam uma pensão, mas porque esta era de baixo valor e porque apesar das suas limitações tinham capacidade e vontade de trabalhar, só não o poderiam fazer a tempo inteiro porque perderiam essas pensões.-----

----O membro Paulo Roberto, disse que obviamente ninguém estaria contra em ajudar quem precisa, que o que seria de evitar e ter mecanismos de controlo para isso, era sobre aqueles que apesar das oportunidades e ajudas, não as queriam aproveitar.-----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovado por unanimidade e em conformidade com a alínea a) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vila Velha de Ródão, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 24/11/2010.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----10-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;-----**

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que já tinha existido um regulamento de apoio ao associativismo aprovado e que foi retirado devido à dificuldade no cumprimento do mesmo, mas, e após a inspecção de rotina feita à autarquia, foi dito pelo sr. Inspector que para continuar a dar apoio às Associações teria que existir um regulamento.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal deixou um pedido ao executivo no sentido de por parte deste fosse dado o apoio possível e imaginário às associações do nosso concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções e após votação foi aprovado por unanimidade e em conformidade com a alínea a) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 24/11/2010.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**-----11-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local;-----**

-----A srª Presidente disse que este Regulamento vinha colmatar uma lacuna da autarquia, possibilitando assim que as pessoas que cumprirem os requisitos poderem registar-se e funcionar em conformidade com a Lei.-----

-----O membro Roma, referindo-se ao artº 5º, questionou se a Câmara precisava de sessenta dias para fazer a vistoria à habitação ou era até sessenta dias e porque não era um prazo menor.-----

-----A srª Presidente disse que este seria o prazo máximo, o que não significava que a vistoria demorasse esse tempo, possibilitando inclusive que nesse prazo as pessoas adaptassem ou arranjassem algo que não estivesse em conformidade com a Lei.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, sugeriu ao executivo que, dentro das suas possibilidades, fizesse um levantamento das pessoas que normalmente fazem esse alojamento, para as sensibilizar e ajudar a cumprir com a Lei.-----

-----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovado por unanimidade e em conformidade com a alínea a) do n.º2 do artº 53º

da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 10/11/2010.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----12-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia;-----**

----Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado por unanimidade e em cumprimento do nº1 do artº 66º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia de Vila Velha de Ródão, Fratel, Perais e Sarnadas de Ródão, de acordo com a proposta do executivo municipal.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----13-Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----**

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 16 de Dezembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 6.811.154,39€ (seis milhões, oitocentos e onze mil, cento e cinquenta e quatro euros e trinta e nove cêntimos), dos pagamentos efectuados de 6.406.928,55€ (seis milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e vinte e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos) e do saldo de 625.352,88€ (seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e

Tempos Livres, da certificação dos serviços da Câmara Municipal, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais, tendo a sr<sup>a</sup> Presidente dado mais algumas informações adicionais sobre os pontos referidos.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que em relação à poluição, no próximo mês de Janeiro se iria avançar com o caderno de encargos para possibilitar a contratação de uma empresa que iria fazer a monitorização da poluição atmosférica, sonora e das águas, pensando que este trabalho iria começar em breve e que estas medições eram relativas a todas as empresas. Continuou, dizendo que se estava a negociar com a EDP as contrapartidas referentes à construção da barragem do Alvito, negociações essas que embora difíceis estavam a decorrer a bom ritmo, estando também envolvida nas mesmas a câmara de Castelo Branco e que inclusive, já estavam definidos os projectos que cada câmara querera que sejam apoiados, fazendo estes já parte do presente Orçamento, podendo no entanto haver ajustes e alterações nos mesmos.-----

----O membro Roma disse que a sr<sup>a</sup> Presidente tinha dito que este seria o ano e o mandato das freguesias, só que analisando esta informação verificava que quer as empreitadas quer as obras por administração directa, na sua maioria, se situavam em Vila Velha de Ródão.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que as obras aqui descritas não serviam só a vila, mas serviam e eram abrangentes a todas as freguesias, apesar de algumas se situarem em Vila Velha de Ródão devido à sua situação geográfica e à maior densidade populacional, estas serviam todas as freguesias do concelho.-----

----O membro Ana Luísa, questionou se existia um prazo para as

obras da estrada que liga o IP2 a Amarelos, uma vez que tinha sido aqui dito que estas seriam executadas no inicio do ano que está a terminar e ainda nada foi feito, questionando também se já existia uma data para a instalação dos parques infantis.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que, nem sempre as coisas funcionavam como previsto, dizendo que a REN tinha-se comprometido a dar uma contrapartida devido à passagem das Linhas de muito alta tensão pelo nosso concelho, promessa essa feita numa reunião tida com os responsáveis da empresa que estava a efectuar a montagem dessas linhas, tendo a autarquia escolhido que uma dessas contrapartidas seria o arranjo da estrada IP2/Amarelos. Após esta reunião, teve outra com os responsáveis da REN que dizem desconhecer esse acordo dando desculpas de organização dos serviços, mas que apesar deste impasse, a Câmara Municipal iria assumir esse compromisso e avançar logo que possível com essas obras. Em relação aos parques infantis disse que, já se estavam a organizar os cadernos de encargos e depois se lançaria os concursos, estando por isso dependente destes trâmites.-----

**----14-Outros assuntos de interesse para o Município;-----**

----O membro João Ferro congratulou-se com as duas obras inscritas para Sarnadas de Ródão, sugerindo também que fosse incluída as obras de alargamento da Quelha do Espírito Santo a qual daria uma maior funcionalidade a esta via.-----

----O membro Joaquim António Morgado reforçou uma vez mais a situação da poluição, solicitando por parte da sr<sup>a</sup> Presidente um maior empenho neste caso, compreendendo que teria que haver alguma diplomacia perante estas empresas, mas já à um ano que se vinha a falar nisto e sem resultados palpáveis. Questionou também qual o futuro da pousada e se já se tinha feito a escritura com a Celtejo

---

ao abrigo do Protocolo aqui aprovado, para quando o início da construção das casas na urbanização da Fonte da Escola por parte da empresa que comprou os lotes e se tinha mais alguma informação sobre o novo investidor em Vila Velha de Ródão, esperando que não fosse outra fábrica para reforçar a poluição já existente.-----

----O membro Ricardo Luis, solicitou mais informação sobre a colocação de um painel turístico a colocar na A23, informativo do monumento natural "Portas de Ródão", dizendo que o outdoor existente junto a esta via, indicativo da candidatura deste monumento às sete maravilhas, já estar um pouco degradado.-----

----O membro Luis Costa, questionou ao Presidente da Assembleia Municipal, quando é que lhe chegaria a informação solicitada à cerca de um ano e repetida em todas as sessões neste espaço de tempo e, como tinha sido dito por este que iria informar a Câmara Municipal desse pedido, e que até à data essa informação não lhe tinha sido facultada e pensa que o também não foi a este órgão, não sabia se esta situação era por desrespeito para consigo ou para com esta Assembleia e isso era algo que não deveria acontecer. Continuou, solicitando para que em sessões posteriores os documentos entrados em ponto prévio e que de alguma forma teriam influência na análise de outros em pontos posteriores, fossem votados em consonância com estes.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao membro Luis Costa, disse que nada tinha a ver com os documentos da Câmara Municipal, que apenas poderia disponibilizar os documentos constantes das actas, relembrando as intervenções feitas de parte a parte nas anteriores sessões, afirmando que esta era uma questão da Câmara Municipal e como tal a questão deveria ser posta à sua Presidente.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que este membro tinha razão e que para este ter acesso aos memos bastaria que entrasse em contacto com o vereador Luis Pereira para que estes sejam disponibilizados e consultados, ao que o membro Luis Costa disse que era a primeira vez que esta hipótese lhe tinha sido comunicada.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente, em relação aos painéis turísticos, disse que este assunto já estava tratado, aguardando-se para breve a colocação desses painéis e que os outdoor's só seriam retirados após estas serem colocadas. Sobre a pousada, disse que devido a algumas dificuldades com a legalização de alguns terrenos e ao abrigo do Protocolo celebrado com a Celtejo e aqui aprovado, só após estas diligências se poderia avançar com as várias situações ligadas a este Protocolo. Relativamente à construção das casas no loteamento da Fonte da Escola, a empresa iria iniciar a sua construção no início do próximo ano. No que diz respeito ao novo investidor, este estava a adquirir os terrenos, não podendo avançar para já com mais pormenores.-----

**----15-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;**

----O sr. António Vilela, residente em Fratel, chamou a atenção para a falta de afixação de editais informativos da realização das Assembleias Municipais. Referiu ainda a falta de sinalização no IP2 indicativa da Barragem do Fratel, visto existir uma a indicar a Barragem da Pracana. Terminou, deixando um alerta para o perigo existente junto à empresa Centroliva, devido ao bagaço deixado pelo trânsito de viaturas pesadas, tornando esta via muito escorregadia, o que já tinha provocado acidentes graves.-----

----A sr<sup>a</sup> Presidente disse que em relação à sinalização e como esta via não estava sobre jurisdição da autarquia, esta não poderia lá colocar qualquer placa, no entanto iria inteirar-se da situação.



